



**A comunicação pública com as gestantes em situação de rua:  
o cenário na cidade de São Paulo**

**Public communication with homeless pregnant women:  
the scene in the city of São Paulo**

Ana Carolina Alonso Machado Moreira<sup>8</sup>  
Claudia Cruz de Souza<sup>9</sup>

**Resumo:** O objetivo desta pesquisa é identificar como a Prefeitura e as Secretarias Municipais realizam, e em quais meios ocorrem, a comunicação do projeto *Rede de Proteção à Mãe Paulistana* para as gestantes em situação de rua na cidade de São Paulo. Para a compreensão completa do cenário e a obtenção dos resultados, realizou-se, entre os meses de fevereiro e julho de 2023, entrevistas com órgãos públicos, projetos públicos e o público em geral. Conclui-se que esta pesquisa foi importante para entender o valioso trabalho dos agentes de saúde, agentes sociais e instituições de acolhimento e como a comunicação pode ajudar esse cenário de vulnerabilidade paulistano.

**Palavras-Chave:** Comunicação. Rede de Proteção à Mãe Paulistana. Gestantes em situação de rua.

**Abstract:** The objective of this research is to identify how the City Hall and the Municipal Secretariats carry out, and in which media, the communication of the project *Rede de Proteção à Mãe Paulistana* (Network of Protection to the Paulistana Mother) for pregnant women living on the streets in the city of São Paulo. To fully understand the scenario and obtain two results, interviews with public bodies, public projects and the general public were carried out between the months of February and July 2023. I concluded that this research was important to understand the valuable work of health agents, social agents and support institutions and how communication can help this scenario of São Paulo vulnerability.

**Keywords:** Communication. Rede de Proteção à Mãe Paulistana. Pregnant women in street situations.

---

<sup>8</sup> Recém-graduada em Relações Públicas do Centro Universitário das Américas (FAM). E-mail: [carol.alonso1@live.com](mailto:carol.alonso1@live.com)

<sup>9</sup> Orientadora do trabalho. Professora dos Cursos de Comunicação do Centro Universitário das Américas (FAM). E-mail: [claudiacruzsouza@hotmail.com](mailto:claudiacruzsouza@hotmail.com)



## Introdução

O Movimento Estadual da População em Situação de Rua de São Paulo, uma organização não governamental, estimou que, em 2021, havia 66 mil pessoas vivendo sem teto na capital paulista. O aumento desse número se deu pela pandemia do Covid-19, já que muitas pessoas perderam os seus empregos. Neste período, o Censo da População em Situação de Rua identificou uma mudança no perfil dos novos moradores: o número de famílias inteiras que foram morar nas ruas da capital paulista subiu de 20% para 28,6%, comparados a 2019. Outro dado importante é que o percentual de mulheres em situação de rua cresceu de 14,8% em 2019 para 16,6%, em 2021. Com isso, a relevância desta pesquisa deu-se em função da necessidade de acompanhar o processo de comunicação dos órgãos públicos municipais com as mulheres gestantes que vivem nas ruas, calçadas e centros de acolhimento na capital paulistana.

O objetivo dessa pesquisa é entender os processos de comunicação dos órgãos públicos municipais com as gestantes que vivem em situações vulneráveis às ruas, neste caso, tratando-as como “público receptor” da comunicação pública, como apontado na introdução da pesquisa. Muitos autores tentaram definir o significado de “Público”. Dentre todos, foi considerado nesta pesquisa, os estudos contribuído por Cândido Teobaldo de Souza Andrade (1970), reconhecido como pioneiro na institucionalização de Relações Públicas como uma área acadêmica no Brasil, que definiu como “público” os grupos de indivíduos cujos interesses comuns são atingidos pelas ações de uma organização, instituição ou empresa, da mesma forma que os atos desses grupos se refletem na organização.

Neste caso, associando ao “público”, em 2021, o Censo da População em Situação de Rua, um processo de atualização de dados da Prefeitura de São Paulo, identificamos um aumento de 8,6% de famílias inteiras que foram morar nas ruas da capital paulista e um aumento de 1,8% de mulheres em situação de rua, comparados a 2019. Os dados ainda mostraram que dentre as mulheres que viviam nas ruas, 216 eram gestantes. Ainda tratando dos dados públicos coletados, foi possível identificar dentro da população em situação vulnerável, que 9,6% dos moradores são analfabetos e que a expectativa de vida deles é de 30 anos a menos do que a da população brasileira, que vive, em média, 75,5 anos. O motivo das mortes, na maioria das vezes, de acordo com uma matéria de Cristina Almeida, repórter do UOL, publicada em fevereiro de 2022, é por doenças na qual eles não foram atrás de consultas públicas, e gratuitas, para a cura.



O desenvolvimento da pesquisa se aplica em consideração a análise do livro *Comunicação Pública: Bases e Abrangência* sob o ponto de vista de Mariângela Furlan Haswani, e, em seguida, a realização de pesquisas quantitativas e qualitativas para compreender a comunicação do projeto *Rede de Proteção à Mãe Paulistana*.<sup>10</sup>

Para a compreensão completa do cenário e a obtenção dos resultados, realizou-se, entre os meses de fevereiro e julho de 2023, entrevistas com todos os públicos citados. O principal intuito desta fase foi observar o ponto de vista e a comunicação entre todas as partes: órgãos públicos, projetos públicos e o público. Após a realização de entrevistas com 112 paulistanos, através do preenchimento de um formulário on-line, via Google Forms, apresentou-se como resultados:

- 80% dos paulistanos não sabem que existe um projeto gratuito disponibilizado às mães paulistanas pois nunca viram uma propaganda, nem física e nem digital, sobre o projeto;

- 53% das gestantes em situação de rua sabem que o projeto público existe, mas não o compreende pois não entendem a comunicação realizada no site e nas mídias da Prefeitura de São Paulo;

- 60% das gestantes em situação vulnerável dependem dos postos de saúde locais, agentes comunitários de saúde e centros de acolhimento para qualquer informação.

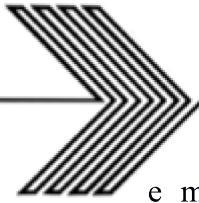
## **1. Diagnóstico: o contexto das ruas paulistanas**

Antes do aprofundamento no Diagnóstico do tema escolhido, precisa-se entender alguns conceitos. “Conceito”, do latim *conceptus*, refere-se à ideia formada mentalmente, isto é, o “entendimento sobre as coisas”. Trata-se de uma unidade cognitiva dos significados. À vista disso, foi introduzido neste capítulo as definições dos termos envolvidos na pesquisa para a compreensão da conexão entre os termos: *Estado, Comunicação e Público*.

Estado, do latim *status*, é uma organização de autoridade territorial que governa o povo e o território de acordo com os regimes previstos na Constituição Política do Estado para criar

---

<sup>10</sup> Este material foi realizado no penúltimo semestre do curso de graduação em “Relações Públicas” e conseguiu analisar a perspectiva da Assistência Social, através de entrevistas com 37 mães que vivem, ou viveram nas ruas paulistanas, 2 (dois) Agentes de saúde, 1 (um) Agente social e 1 (uma) psicóloga, diante a concordância e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



e manter os direitos dos cidadãos. Para John Locke (1632–1704), considerado pai do Liberalismo, o ser humano abdicou da própria liberdade individual, celebrando o *Contrato Social*, pois entendeu que os homens começariam a entrar em guerras uns com os outros para defender os seus desejos pessoais, já que são livres, desse modo fundando uma organização de autoridade para mediar a justiça. “Onde não há lei, não há liberdade” (Locke, 2001, p.115).

As leis, de acordo com a Constituição Federal, é a “norma escrita emanada do poder competente” que garante que a democracia e os direitos de todos sejam respeitados, assim defendendo que ninguém pode ser obrigado a fazer ou a deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude da lei (artigo 5, inciso II). Com isso, surge outro termo: *Políticas Públicas*. A Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe define Políticas Públicas como “ações e programas que são desenvolvidos pelo Estado para garantir e colocar em prática direitos que são previstos na Constituição Federal e em outras leis” visando as necessidades da sociedade, como, por exemplo, o programa *Rede de Proteção à Mãe Paulistana*.

Com base nas políticas públicas de segurança constitucional dos direitos dos cidadãos, o projeto examinado ao longo da pesquisa é de viés público, inaugurado em março de 2006 e ministrado pela Secretaria Municipal da Saúde. Este é um programa que visa o atendimento público do pré-natal, nascimento, puerpério e acompanhamento da vida da criança até os dois anos de idade (figura 1). O projeto tem a participação da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, que fica responsável pelo “amparo assistencial”, incluindo: Direito ao bilhete único às gestantes, enxoval e vagas em creches, seguindo as Varas da Infância e da Juventude e respeitando o CAPÍTULO VII- DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO- da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no Art. 227, da Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010:

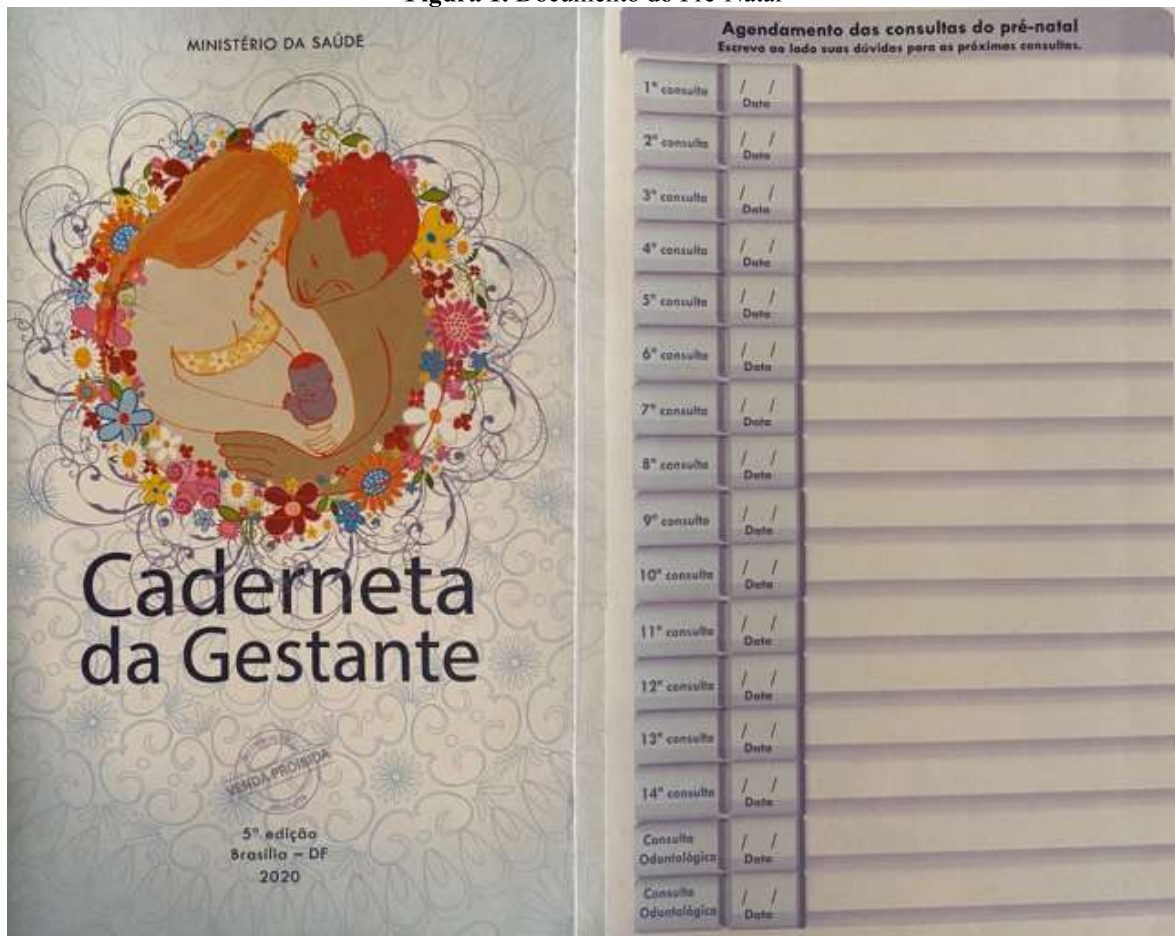
“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

§ 1º - O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo os seguintes preceitos:

I - Aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil; (Brasil, 2010).

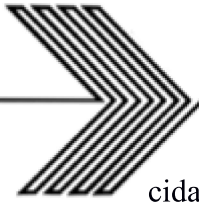


Figura 1. Documento do Pré-Natal



Fonte: Disponibilizado pela equipe de saúde do Consultório na Rua.

As Leis e as Políticas Públicas são impulsionadas através da *Comunicação*, um processo social e necessário para o desenvolvimento do ser humano, que permite criar e interpretar mensagens por meio de regras (sons, palavras ou símbolos semióticos), provocando uma interação entre as partes. Adentrando ao título da pesquisa, “Comunicação pública” é o processo promovido por uma gestão que caracteriza “canais, meios e recursos” visando a viabilização da comunicação de interesse público com toda a sociedade. Ela é descrita por cinco características: “praticada na esfera pública; realizada pelo Terceiro Setor; realizada por meio da radiodifusão pública; praticada pelo setor público e realizada pelo próprio Governo” (Duarte, 2006, p. 25). Karoline Nogueira, diretora de Comunicação Institucional da SMF, uma associação sem fins lucrativos, defende que a Comunicação Pública é um instrumento de interesse coletivo, como as campanhas de vacinação nas Unidades Básicas de Saúde, que permite o fortalecimento da



cidadania com uma linguagem acessível e simples (2021). Mariângela Haswani (2013) conclui que hoje a função da comunicação é dar o direito de os receptores saberem mais do que é mostrado.

## 2. Resultados

Cassio Paulino, agente de Saúde da Unidade Básica de Saúde (UBS) da região da Sé e do “Consultório na Rua”, estratégia instituída em 2011 pela Política Nacional de Atenção Básica, disse, em entrevista concedida à pesquisadora em fevereiro de 2023 na UBS Sé, que na maioria das vezes são os Agentes de Saúde que fazem o primeiro contato com as mulheres que moram nas ruas e assim que suspeitam da gestação, as levam para as Unidades Básicas de Saúde. Na primeira consulta, os procedimentos dos médicos e enfermeiros são destinados totalmente às mães, como: banho, exames, vacinação, medicação, exames odontológicos e entrega de documentos do pré-natal para que elas possam dar entrada aos benefícios do projeto “Rede de Proteção à Mãe Paulistana”.

A partir do momento que a UBS tem registrado em seu banco de dados uma gestante em situação de rua é de total responsabilidade da equipe de saúde monitorar essa mulher e registrar, de forma física e virtual, o monitoramento. Para isso, os profissionais contam com o Sistema Integrado de Gestão da Assistência à Saúde (SIGA Saúde), uma plataforma tecnológica que contempla os dados dos atendimentos realizados pela rede SUS, assim, eles conseguem saber se a gestante deu entrada em outra rede de saúde. Outra forma para monitorar é conhecido popularmente como “rede de contatos”, que conta com a comunicação entre as equipes do *Projeto Redenção, Santa Casa de São Paulo e Amparo Maternal*.

Em outro ponto de vista, Liliane de Jesus Santos, Psicóloga do Centro de Acolhida Especial para Mulheres (CAE), informou, em entrevista cedida à pesquisadora no CAE de Santo Amaro em fevereiro de 2023, que as organizações que recebem essas gestantes também devem registrar todas as atividades realizadas para enviar à gestão pública. A psicóloga explica que apesar da Prefeitura disponibilizar um gestor para ser o canal de informações e atividades entre os órgãos públicos municipais, a *comunicação* é deixada de lado já que para eles a *fiscalização* é mais importante. Com isso, as equipes do Centro de Acolhida Especial acabam por realizar as atividades de forma independente sem a necessidade da permissão preliminar da



Prefeitura: “O que temos que fazer é enviar um relatório para a supervisão da Prefeitura do que fizemos no mês, porque temos uma meta para cumprir medidas socioeducativas.

Também enviamos neste relatório mensal as questões estruturais, como, por exemplo, se trocamos a lâmpada. Essa é a nossa comunicação com a Prefeitura!”. A Psicóloga complementou dizendo que a maioria das informações que a equipe sabe é através de: pesquisas; divulgação nos veículos de mobilidade, com destaque para o metrô; mídias sociais; e, grupos de WhatsApp (rede de apoio).

Sobre a Comunicação com quem mora nas ruas, o agente de saúde Cassio explica que os agentes de saúde, através do *Consultório na Rua*, por estar presente nos bairros paulistanos no dia a dia, é o principal meio de informações para o público citado: “uma certeza que eu tenho é que a melhor comunicação com esse pessoal é a comunicação “boca a boca”. É necessário ter uma comunicação direta, sem curvas e bem real”. A psicóloga Liliane, citada acima, acrescentou que a principal comunicação com o público que mora nas ruas é a “comunicação verbal” pois a maioria não sabe ler: “Quando a informação é direcionada para um público específico, por exemplo, “curso para pessoas que não tem ensino médio”, então nós fazemos uma avaliação antes de divulgar porque tem muita gente que não tem condição ou até não tem vontade. Agora, se for uma informação para todas, então nós imprimimos e colocamos aqui no Centro. Nós também pedimos que os orientadores se reúnam com elas para explicar melhor. Geralmente divulgamos na hora do almoço, já que tem bastante gente concentrada”.

Já sobre a comunicação pública na opinião de mulheres que passaram as gestações em situação precária nas ruas, Daysemar de Lima, de 37 anos, mulher e mãe assistida no Centro de Acolhida Especial para Mulheres de Santo Amaro, informou que acha a comunicação da Prefeitura e das Secretarias muito complicada e que os Psicólogos, os Agentes Sociais e os Agentes de Saúde são os principais propagadores e orientadores sobre as informações públicas, como Saúde, Trabalho, Cultura e Estudo: “As pessoas nos centros de acolhimento nos ajudam muito porque são eles que nos avisam sobre editais de estudo ou trabalhos que abrem. Às vezes, nós até nos interessamos, mas não entendemos nada. Eu até tento entrar no site, mas eu acho muito complicado (risos) e nem tem todas as informações lá. Eu fiz a prova no Encceja e foi um trabalho grande para saber se tinha passado, a Liliane (Psicóloga do Centro de Acolhida Especial para Mulheres Santo Amaro) que entrou no site comigo para tentar entender”. Junto com a Daysemar, foram entrevistadas 36 mulheres e quando questionadas sobre o Programa de



Proteção à Rede Mãe Paulistana, 22 informaram que não conheciam o programa e apenas 15 conheciam e utilizaram durante a gestação. Ao perguntar o motivo, Rosângela de Sá Carvalho, de 34 anos, expressou a tristeza em não conseguir compreender as informações: “Nós dependemos das pessoas para saber das coisas”.

**Figura 2-** Prontuário de Acompanhamento da Gestação





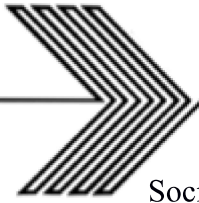
Fonte: Disponibilizado pela equipe de saúde do Consultório na Rua.

## Conclusão

O objetivo da pesquisa foi entender quais são os meios de comunicação e informação entre os órgãos públicos e as gestantes em vulnerabilidade social na capital paulista e o resultado foi identificado: Agente de saúde e Agente social. Esses profissionais são os principais meios de comunicação com o público citado e ao longo da pesquisa foi notório a confiança que existe entre as gestantes em situação de rua com os Agentes. Jorge Duarte, autor de artigos sobre a comunicação pública, reconhece que os Agentes são os principais responsáveis por ajudar o cidadão a saber da existência das informações e devem desenvolver uma metodologia de conteúdo voltada para quem possui mais dificuldades. Dessa forma, o trabalho dos Agentes e dos Centros de Acolhimento ficam sobrecarregados, pois, para manter a confiança e os trabalhos de auxílio, sem depender da Prefeitura ou das Secretarias Municipais, eles devem pesquisar e trabalhar por si. Tércia Regina Buzone, profissional de saúde, em entrevista concedida à pesquisadora em julho de 2023, complementa: “quem faz a gestão são as Secretarias Municipais, mas são os Agentes que trabalham para manter todo o amparo materno infantil (gestante e criança) em dia”.

Durante as entrevistas, surgiu o questionamento sobre o motivo de algumas gestantes preferirem não ir às maternidades para o parto e através de inúmeras conversas, Daysemar de Lima, do Centro de Acolhida Especial para Mulheres Santo Amaro, ressaltou o medo das mulheres, mesmo em situações precárias, por não poder sair da maternidade com o (a) filho (a). A profissional de saúde Tércia Regina Buzone explica que as gestantes, assim que iniciam o pré-natal nas Unidades Básicas de Saúde, precisam cadastrar algum endereço de residência fixo. Com isso, quando não há um cadastro, a genitora não pode sair da maternidade com o (a) recém-nascido (a) e a primeira tentativa de guarda é entregue à família, em sua maioria, os avôs. Se houver relutância dos familiares, a responsabilidade da determinação sobre o futuro lar das crianças é do Fórum da região.

Ao longo da pesquisa foram inúmeras tentativas de comunicação com a prefeitura, com a Secretaria Municipal da Saúde, com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento



Social e com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, mas todos indicaram outras secretarias como as responsáveis pelo problema, ou seja, sem sucesso de comunicação durante a pesquisa com os órgãos municipais. Tércia Regina Buzone acrescenta: “as secretarias municipais querem os números e apenas os números”. Em síntese, concluímos que esta pesquisa foi importante para entender o valioso trabalho dos agentes de saúde, agentes sociais e instituições de acolhimento e como a Comunicação pode ajudar esse cenário de vulnerabilidade paulistano. Assim, respondendo aos resultados: (a) 59% dos paulistanos não sabem que existe um projeto gratuito disponibilizado às mães paulistanas pois nunca viram uma propaganda, nem física e nem digital, sobre o projeto *Rede de Proteção à Mãe Paulistana*; (b) 41% das gestantes em situação de rua sabem que o projeto público para assistências às mães existe, mas não o compreende pois não entendem a comunicação realizada no site e nas mídias digitais da Prefeitura de São Paulo; e, (c) 97% das gestantes em situação vulnerável dependem dos postos de saúde locais, agentes comunitários de saúde e centros de acolhimento para todas as informações, incluindo sobre o programa de Proteção à Mãe Paulistana.

### Referências

A CONSTITUIÇÃO E O SUPREMO. **Supremo Tribunal Federal**. Disponível em: <https://constituicao.stf.jus.br/dispositivo/cf-88-parte-1-titulo-3-capitulo-2-artigo-23>. Acesso em: 06 out. 2022.

ALMEIDA, Cristina. Saúde para quem vive na rua. **UOL**, 17 de fev. de 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/reportagens-especiais/medicina-de-rua/>. Acesso em: 28 maio 2022.

CASTRO, Manuel Antônio. Público. **Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://www.dicpoetica.letras.ufrj.br/index.php/P%C3%BAblico>. Acesso em: 13 nov. 2022.

CONSULTÓRIO NA RUA. **Ministério da Saúde**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/consultorio-na-rua/>. Acesso em: 27 maio 2023.

CORDEIRO, Cristiane Silva Pereira; LISBOA, Wellington Teixeira. A Comunicação Pública sob a Ótica das Relações Públicas. **Universidade Católica de Santos**, 2011. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2011/resumos/R24-0531-1.pdf>. Acesso em: 21 maio 2022.

COSTA, Anna Gabriela. População em situação de rua cresceu 31% nos últimos dois anos em São Paulo. **CNN Brasil**, 2022. Disponível em:



<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/populacao-em-situacao-de-rua-cresceu-31-nos-ultimos-dois-anos-em-sao-paulo/>. Acesso em: 28 maio 2022.

DUARTE, J. Instrumentos de Comunicação Pública. In: Duarte, J. (org.). **Comunicação pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2009.

ESTADO. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=Estado>. Acesso em: 02 out. 2022.

FAGUNDES, Vagner Luiz de Mello. Formas de divulgação das informações à sociedade pela Administração Pública Municipal. **Administradores.com**, 02 de jun. de 2012. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/formas-de-divulgacao-das-informacoes-a-sociedade-pela-administracao-publica-municipal>. Acesso em: 17 fev. 2023.

HASWANI, Mariângela. **Comunicação Pública**: bases e abrangências. São Paulo: Saraiva, 2013.

INFÂNCIA E JUVENTUDE. **Tribunal de Justiça do Estado de SP**. Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/Especialidade/Especialidade/InfanciaJuventude#>. Acesso em: 19 jul. 2023.

LOCKE, John. **Segundo Tratado Sobre o Governo Civil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

MATERNIDADE NAS RUAS SE AGRAVA COM PANDEMIA. **Faculdade de Medicina UFMG**, 2020. Disponível em: <https://www.medicina.ufmg.br/maternidade-nas-ruas-se-agrava-com-pandemia/>. Acesso em: 04 jun. 2022.

MELO, Daniel. São Paulo tem mais de 66 mil pessoas que vivem em situação de rua. **Agência Brasil**, 15 de out. de 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-10/sao-paulo-tem-mais-de-66-mil-pessoas-que-vivem-em-situacao-de-rua>. Acesso em: 21 mai. 2022.

MENEZES, Pedro. O Estado de Natureza em Hobbes, Locke e Rousseau. **Toda Matéria**. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/estado-natureza/>. Acesso em: 30 set. 2022.

NOGUEIRA, Karoline. Comunicação Pública: foco no cidadão. **Secretaria de Fazenda de Niterói**, 09 de out. de 2021. Disponível em: <https://www.fazenda.niteroi.rj.gov.br/blog/2021/10/08/comunicacao-publica-foco-no-cidadao/>. Acesso em: 30 out. 2022.

POLÍTICAS PÚBLICAS: O QUE SÃO E PARA QUE EXISTEM. **Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe**, 16 de nov. de 2018. Disponível em: <https://al.se.leg.br/politicas-publicas-o-que-sao-e-para-que-existem/>. Acesso em: 06 out. 2022.

PREFEITURA DE SÃO PAULO LANÇA O PROGRAMA MÃE PAULISTANA-CRECHE. **Prefeitura da cidade de São Paulo**, 27 de jul. de 2022. Disponível em: <https://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-de-sao-paulo-lanca-o-programa-mae-paulistana-creche>. Acesso em: 04 mar. 2023.



ROCHA, Rafael. Famílias inteiras vão para as ruas por falta de dinheiro. **O Tempo**, 2022. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/economia/familias-inteiras-vaopara-as-ruas-porfalta-de-dinheiro-1.2601133>. Acesso em: 21 mai. 2022.

ROHDE, Thais. Autores filósofos teóricos sobre a criação do estado. **Sabedoria Política**, jun. de 2018. Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/products/teoricos-sobre-a-criacao-do-estado/>. Acesso em: 02 out. 2022.

SILVEIRA, Matheus. Estado Democrático de Direito: entenda o que é esse termo. **Politize**, 16 de dez. de 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/estado-democratico-de-direito/>. Acesso em: 08 out. 2022.

SOUZA, Amanda Soares de Oliveira; NUNES, Izabela dos Santos. Comentários à obra “Política” de Aristóteles. **Revista Jus Navigandi**, 02 de set. de 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/68757/comentarios-a-o-obra-politica-de-aristoteles>. Acesso em: 01 out. 2022.

ZYLBERKAN, Mariana; PALHARES, Isabela. População de moradores de rua cresce 31% em São Paulo na pandemia. **Folha de São Paulo**, 24 de jan. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/01/na-pandemia-quase-dobra-o-numero-de-familias-que-vivem-nas-ruas-de-sao-paulo.shtml>. Acesso em: 21 maio 2022.